



AVISO

Concurso para contratação de técnicos em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo e a tempo parcial para assegurar atividades de enriquecimento curricular de Expressões

Decreto-Lei n.º212/2009, de 3 de setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º169/2015

1 – Nos termos do Decreto-Lei nº 212/2009, de 3 de setembro, na redação dada pelo Decreto-Lei nº 169/2015 de 24 de agosto e da Portaria nº644-A/2015 de 24 de agosto, o Diretor do Agrupamento de Escolas Infante D. Henrique, torna público que se encontra aberto o procedimento concursal com vista à contratação de técnicos para o exercício de funções destinadas a assegurar as Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) por tempo determinado, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo e a tempo parcial, de acordo com o seguinte quadro:

Atividades	Quantidade de horários	Horas
Expressões	10	3 horas

2 – Local da Prestação de Serviços – A prestação de serviços será exercida nos Estabelecimentos de Educação e Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico do Agrupamento de Escolas Infante D. Henrique.

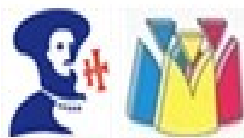
3 – Prazo de duração do contrato – O período de duração do contrato é o compreendido entre 27 de outubro de 2016 e 30 de junho de 2017.

4 - Caracterização dos postos de trabalho – Os candidatos deverão lecionar Expressões, conforme o horário para o qual forem recrutados, no 1º Ciclo do Ensino Básico, nas Atividades de Enriquecimento Curricular.

5. – Requisitos de admissão:

5.1. Os previstos no artigo 17º do anexo da Lei nº 35/2014, de 20 de junho (Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada por Lei, 18 anos de idade completos, não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar, robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício de funções; cumprimento das leis de vacinação obrigatórias).

5.2- Possuírem habilitação profissional para a docência.



6. Método de seleção e critérios de ordenação:

Dada a excecionalidade e celeridade deste procedimento, a seleção e ordenação dos candidatos será efetuada apenas por um único método de seleção - a avaliação curricular (AC), a pontuar de acordo com o seguinte:

São critérios objetivos de seleção:

- A) **Habilitação Académica e Profissional** – grau académico que confira habilitação para a docência ou formação adequada ao desenvolvimento da atividade.

(Resposta Numérica, pontuação máxima – 25 pontos)

- a) Licenciatura ou superior – **25 Pontos**;
- b) Bacharelato– **10 Pontos**;
- c) Outras Habilitações – **5 Pontos**.

- B) **Média Final do Curso**

(Resposta Numérica, pontuação máxima – 25 pontos)

- a) Entre 17,5 e 20 valores – **25 Pontos**;
- b) Entre 13,5 e 17,4 valores – **15 Pontos**;
- c) Entre 10 e 13,4 valores – **5 Pontos**;

- C) **Tempo de Serviço** - tempo de serviço até 31 de agosto de 2015

(Resposta Numérica, pontuação máxima – 50 pontos)

- a) Mais de 3650 dias - **50 Pontos**;
- b) De 3284 a 3649 dias - **42 Pontos**;
- c) De 2555 a 3283 dias - **36 Pontos**;
- d) De 1825 a 2554 dias - **28 Pontos**;
- e) De 1095 a 1824 dias - **20 Pontos**;
- f) De 1 a 1094 dias - **12 Pontos**;

Graduação dos(as) Candidatos(as)

A Graduação dos(as) Candidatos(as) resultará do somatório dos parciais, e terá uma cotação máxima de **100 pontos**.

Assim sendo, aplicar-se-á a seguinte fórmula:

$$G = HA + MFC + TS$$

G - Graduação;

HA - Habilitações Académicas;

MFC - Média de Final do Curso

TS - Tempo de Serviço

Critérios de Desempate:

1º – Candidatos com maior número de dias de serviço prestado, contados até dia 31 de agosto de 2015.

2º- Candidatos com a média final de curso mais elevada expressa na escala de 0 a 20 e com o número de casas decimais iguais ao constante no documento comprovativo da referida classificação.

3º - Candidatos com maior idade.

Motivos de exclusão:

- Indicação insuficiente ou incorreta da qualificação profissional ou habilitação académica;
- Falta de preenchimento completo de todos os campos da candidatura.

7 – Requisitos de admissão – Poderão candidatar-se ao presente procedimento concursal todos os candidatos que à data de abertura deste procedimento reúnam cumulativamente os requisitos previstos no artigo 17º do anexo da Lei nº 35/2014, de 20 de junho.

8 – Perfil curricular e habilitações literárias – Os candidatos deverão possuir o perfil e as habilitações adequadas aos postos de trabalho referidos no ponto 4.

9 - Prazo e formalização das candidaturas – As candidaturas deverão ser formalizadas nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 212/2009, de 3 de setembro, mediante preenchimento obrigatório de formulário eletrónico, disponível na página da DGAE (<http://www.dgae.mec.pt>) nos **3 dias úteis** seguintes à data da divulgação da oferta de trabalho na aplicação informática referida.



10 – Admissão dos candidatos - Serão admitidos os candidatos que obtiverem melhor pontuação pela aplicação dos critérios referidos no ponto 6.

11 – Lista de ordenação final - Terminado o processo de seleção, será publicada na página do Agrupamento de Escolas Infante D. Henrique (www.eidh.pt), a **lista final ordenada** do concurso, a qual, desde que contenha candidatos que cumpram os requisitos e perfil exigidos, em número superior às vagas publicitadas, se consideram como reserva de recrutamento até ao final do respetivo ano escolar.

12 - Aceitação da colocação - Nos termos do nº 2 do artigo 8º do Decreto-Lei nº 212/2009, de 3 de setembro, a aceitação da colocação pelo técnico deve efetuar-se, por via eletrónica, no decurso dos dois dias úteis seguintes ao da comunicação da colocação. Na ausência de aceitação da colocação, nos termos acima indicados, procede-se, de imediato, à comunicação ao candidato que se encontre imediatamente posicionado na lista de ordenação. Terminado o período de colocações, sempre que se verifiquem desistências, os respetivos horários serão ocupados pelo(s) candidato(s) que se encontram melhor posicionados na lista de graduação e ainda não tenham obtido colocação nas fases anteriores.

13 – Apresentação de documentos – Ao(a) **Candidato(a) selecionado(a)** serão concedidos dez dias úteis para a apresentação dos documentos previstos no n.º 1 do art.º 9.º, do Decreto-Lei n.º 212/2009, de 3 de setembro, bem como os documentos que comprovem as informações prestadas aquando da candidatura, no Agrupamento de Escolas Infante D. Henrique.

A não apresentação ou a apresentação de documentos inadequados, falsos ou inválidos que não comprovem as condições necessárias para a constituição da relação jurídica de emprego público, determina como sem efeito a aceitação da colocação pelo trabalhador, comunicando-se, neste último caso, ao candidato que se encontre imediatamente posicionado na lista de ordenação, a sua colocação.

Viseu, 21 de outubro de 2016

O Diretor

João Caiado